Cenários Prospectivos do Comércio Agêntico em Pagamentos

Para onde o pagamento por agentes de IA caminha — e onde o Brasil está hoje

HORIZONTE DE REFERÊNCIA	DATA	AUTORIA DOS CENÁRIOS
2030–2031	31 de agosto de 2026	Pedro Bramont

DOCUMENTO VIVO — ATUALIZADO A CADA NOVIDADE RELEVANTE DO MERCADO

Colink Advisory • Edson Santos • edson.santos@colink.com.br

Os quatro cenários prospectivos são de autoria de Pedro Bramont, com base na pesquisa do Grupo de Trabalho da Pagos. A Colink Advisory os detalha, seleciona e acompanha os sinais de mercado semana a semana, e produz esta interpretação do momento atual, com a leitura de probabilidade de cada cenário. Documento de leitura prospectiva, não uma previsão.

01 Como ler este relatório

Este material combina duas coisas que costumam andar separadas. De um lado, uma base estrutural: quatro cenários coerentes para o futuro do comércio agêntico em pagamentos, construídos sobre os dois eixos mais decisivos identificados em pesquisa de mercado. De outro, uma leitura corrente: um radar que acompanha, semana a semana, os sinais reais do mercado e mostra para qual desses futuros o Brasil está de fato caminhando.

A base dos dois eixos e das quatro narrativas foi construída por Pedro Bramont, com base em uma pesquisa conduzida pelo Grupo de Trabalho da Pagos com executivos do setor de pagamentos. Sobre esses cenários, a Colink Advisory os detalha, seleciona os sinais a acompanhar, atualiza-os semana a semana e produz a leitura de probabilidade de cada um. É por isso que este é um documento vivo: a cada movimento relevante — um lançamento, uma aquisição, um passo do regulador —, os sinais e as conclusões são revistos, e o leitor recebe a versão mais atual, não uma foto que envelhece.

> Uma ressalva que vale por todo o documento. Cenários não são previsões nem apostas. São histórias plausíveis e internamente coerentes, cuja função é testar decisões e antecipar movimentos. Ao longo do texto, os fatos de mercado citados são sinais verificados; a atribuição de cada sinal a um cenário é interpretação.

02 A base: dois eixos

A pesquisa do Grupo de Trabalho da Pagos submeteu o comércio agêntico a uma análise estrutural e destilou, entre as muitas forças em jogo, as duas mais férteis — aquelas cujo desfecho mais separa os futuros possíveis:

Arquitetura do ecossistema	de um lado, fechado e concentrado (poucos donos, padrões proprietários); de outro, interoperável e distribuído (padrões abertos, mandato portável).

Papel da regulação	de um lado, reativa e incerta (o regulador chega depois de o mercado se formar); de outro, habilitadora e estruturante (o regulador desenha as regras antes).

O cruzamento desses dois eixos gera quatro cenários. Cada quadrante descreve um mundo coerente — quem domina os agentes, quanto de autonomia eles têm, quem captura o valor e como se paga.



Figura 1 — A matriz de cenários (arquitetura × regulação). Autoria: Pedro Bramont. Base: pesquisa do Grupo de Trabalho da Pagos.

CENÁRIO 1 Rede Confiável (Interstellar)

Regulação habilitadora + ecossistema interoperável e distribuído

A lógica do mundo. O regulador repete no comércio agêntico o gesto que fez com o Pix: toma posição antes de o mercado consolidar padrões importados. Reconhece a identidade do agente, cria a figura do mandato com escopo granular (categoria, limite, janela, marcas) e mantém os

protocolos globais operando sobre uma camada de identidade definida localmente e interoperável. Nenhum agente é dono da porta de entrada, porque trocar de agente é barato por desenho.

Como se comportam as variáveis. Pluralidade genuína de agentes (plataformas globais convivem com agentes de bancos, varejistas e iniciadores de pagamento), porque o mandato é portável. A autonomia é a mais alta dos quatro cenários, sustentada por confiança institucional. A captura de valor é distribuída, com margens comprimidas na infraestrutura e valor migrando para quem tem dado e reputação legíveis. O pagamento é multi-trilho por transação — Pix com mandato agêntico, cartão tokenizado —, e o trilho vira commodity.

ONDE O MERCADO ESTÁ HOJE

Há template internacional para esse mundo: o Reino Unido publicou um arcabouço de confiança para pagamento agêntico (identidade de agente, autenticação máquina-a-máquina); a Índia desenha um protocolo agêntico sobre o seu Pix (o UPI); e a Europa já executou pagamento agêntico em produção dentro da regra. O Brasil tem os blocos de construção (o trilho agêntico do Pix, o checkout da Cielo com protocolos abertos), mas falta o gesto do regulador — que hoje aguarda a aprovação do Marco Legal da IA (PL 2338, na Câmara).

LEITURA DE TRAÇÃO	possível e desejável, mas correndo contra o relógio: a identidade do agente está sendo construída por via privada (adiante), e a via pública precisa chegar a tempo.

CENÁRIO 2 Jardins Regulados (Gattaca)

Regulação habilitadora + ecossistema fechado e concentrado

A lógica do mundo. O regulador age, mas o efeito colateral da regra é concentrador: as exigências de homologação de agentes (certificação, capital, auditoria, seguro) são pesadas o bastante para que só grandes players as cumpram. O resultado são poucos jardins murados bem regulados — dois ou três ecossistemas certificados, cada um combinando plataforma de IA, bandeiras e emissores âncora. Dentro do jardim, segurança exemplar; fora dele, não há comércio agêntico.

Como se comportam as variáveis. Poucos agentes licenciados, operados por consórcios; a certificação vira fosso competitivo. Autonomia alta dentro do jardim, mas com mandato não portável — trocar de ecossistema custa caro. Captura de valor concentrada nos donos dos jardins, com o take rate agregado subindo. Pagamento dominado pelo cartão tokenizado sob os protocolos das bandeiras; o Pix entra como coadjuvante.

ONDE O MERCADO ESTÁ HOJE

O embrião dos jardins aparece pela via da liquidação: o consórcio de stablecoin das bandeiras (OUSD, com Visa, Mastercard, Stripe e mais de 140 empresas) e a plataforma própria de stablecoin que a Visa montou. A Ant International, com captação bilionária para cross-border agêntico, é o jardim asiático correlato.

LEITURA DE TRAÇÃO	embrionário, ganhando musculatura à medida que incumbentes ocupam a camada de identidade e de liquidação.

CENÁRIO 3 Plataformas Soberanas (The Matrix)

Regulação reativa + ecossistema fechado e concentrado

A lógica do mundo. O regulador mantém o foco nos trilhos que já domina e o comércio agêntico não entra na agenda até que o mercado já esteja formado. Nesse vácuo, os padrões de fato são definidos fora: duas ou três plataformas globais de IA, com protocolos proprietários e acordos diretos com bandeiras e grandes varejistas, tornam-se a porta de entrada. Quando o regulador acorda, o jogo chega feito.

Como se comportam as variáveis. Duas ou três plataformas globais concentram o tráfego; agentes locais viram camada fina sem acesso ao cliente. A autonomia é alta, mas de propriedade da plataforma, com mandato preso ao ecossistema. A captura de valor é máxima para a plataforma (taxa sobre transação, ranqueamento pago de ofertas, carteira própria); o lojista vira commodity técnica. O método de pagamento é o que a plataforma decidir integrar.

ONDE O MERCADO ESTÁ HOJE

É o quadrante com mais sinais disparando hoje. No Brasil, o checkout agêntico chegou pela Cielo sobre o stack do Google (mediado por um adquirente local e com protocolos abertos, o que tempera a captura); a Shopee entrou no ChatGPT; a Square colocou o lojista dentro do ChatGPT e do Claude; e a OpenAI ligou anúncios no ChatGPT no Brasil — o ranqueamento pago dentro do assistente, exatamente o antecipador que este cenário previa. Tudo isso somado ao silêncio do regulador, que aguarda o Marco Legal da IA.

LEITURA DE TRAÇÃO o cenário com mais tração no Brasil hoje — por espera do regulador, não por descaso.

CENÁRIO 4

Experimentação Fragmentada (Mad Max)

Regulação reativa + ecossistema fragmentado e incerto

A lógica do mundo. Nem o regulador estrutura, nem o mercado consolida. A arquitetura é distribuída ao extremo — muitos players, muitos protocolos, nenhum dominante —, mas abertura sem padrão comum é fragmentação. Os canos até se conectam; a camada de confiança, não, porque identidade, mandato e responsabilidade não portam entre as ilhas. Fraude com agentes falsos e disputas sem jurisprudência viram recorrentes, e cada incidente joga a adoção para trás.

Como se comportam as variáveis. Na descoberta, os grandes assistentes seguem como vitrine; na transação, pulverização sem confiança em escala. A autonomia é a mais baixa na prática — o consumidor não delega, e a promessa só se realiza em bolsões B2B fechados. Ninguém captura muito valor: parte é destruída por fraude e integração redundante. O pagamento é o status quo do cartão, com A2A em nichos.

ONDE O MERCADO ESTÁ HOJE

A proliferação de protocolos sem convergência (AP2, ACP, x402, UCP e outros) é real, e a infraestrutura nativa para agentes (carteiras e identidade fora do banco) pode tanto reduzir quanto aprofundar a fragmentação. O gatilho — uma fraude de agente sem responsável claro — ainda não teve caso público de repercussão, e já surgem mitigações.

LEITURA DE TRAÇÃO	risco de fundo, contido enquanto não houver um incidente de fraude agêntica de grande repercussão.

03 As camadas que o mercado revelou

Além dos quatro cenários, o radar identificou camadas que os atravessam e que hoje decidem para onde a balança pende.

A identidade do agente — o campo de batalha, e a corrida entre identidade privada e pública

Quem é o agente e em nome de quem ele age virou o ativo mais disputado do pagamento — e a própria Justiça acabou de confirmá-lo. Em agosto de 2026, um tribunal federal de apelação americano decidiu, no caso Perplexity, que quem acessa a loja é o usuário que dirige o agente, não o software: removeu a trava jurídica que varejistas usariam para barrar agentes e, com isso, deixou a identidade como a única fronteira de controle que resta. As redes se moveram no mesmo sentido: a Visa comprou a identidade comportamental (BioCatch, US$ 2,4 bilhões) e a Mastercard, a camada de liquidação em stablecoin (BVNK, US$ 1,8 bilhão) — as duas peças de infraestrutura do agente indo para as mãos de incumbentes globais. O ponto decisivo é que essa identidade está se formando por via privada — redes de cartão e infraestrutura da internet —, não por uma camada pública. Como a identidade é o gargalo que habilita a delegação, quem a controlar molda qual cenário vence: identidade pública favorece a Rede Confiável; identidade privada favorece os quadrantes concentrados.

Em agosto de 2026, essa via privada ganhou um corpo institucional: nasceu a Agentic Payments Alliance, coalizão com mais de 25 membros — Visa, Mastercard, Circle, Fiserv, Solana, entre outros — para escrever o padrão de identidade e autorização do agente, à frente do regulador. Rivais nos protocolos, as redes passaram a sentar juntas para definir quem é o agente e o que ele pode pagar. É a identidade privada se institucionalizando.

Do lado público, o Brasil deixou de estar de mãos vazias. O Banco Central prepara um score de fraude do Pix calculado em tempo real com inteligência artificial e distribuído aos participantes — o equivalente público da verificação que a Visa comprou —, escolheu o trilho público para o dinheiro que cruza fronteira (com stablecoin de dólar sob congelamento) e conta com uma base

de identidade pública em escala, a biometria do Serpro, com centenas de milhões de faces. Falta ainda o gesto habilitador — reconhecer a identidade e o mandato do agente —, que depende do Marco Legal da IA (PL 2338, na Câmara).

Com os dois polos organizados, o desfecho passou a depender de duas perguntas observáveis. A primeira: o padrão que a aliança privada escrever será aberto e interoperável — caso em que se aproxima da Rede Confiável, ainda que liderado pelo mercado — ou um clube fechado de poucos certificados, que empurra para os Jardins Regulados e as Plataformas Soberanas? A segunda: o Brasil plugará sua identidade pública ao agente a tempo, destravando o teto com o Marco Legal da IA?

A moeda de liquidação e a soberania monetária

Falta perguntar não só como o agente paga, mas em que moeda ele liquida: real (Pix, Drex) ou stablecoin de dólar. Consórcios de stablecoin, a Circle virando banco regulado e o alerta do Banco de Compensações Internacionais sobre dolarização compõem um pano de fundo que, para o Brasil, liga o comércio agêntico à soberania monetária — e é no eixo da regulação que essa moeda se decide.

Um ponto ganhou nitidez em 2026: o comércio agêntico e a tokenização do dinheiro são os dois lados do mesmo sistema — a demanda e a oferta. Um agente que opera 24 horas por dia não espera a compensação de um dia útil nem a janela bancária; exige dinheiro programável, que liquide na velocidade da decisão. Por isso, quem fornecer essa moeda programável — a stablecoin de consórcio privada, de um lado, e o real tokenizado e o Pix, de outro — molda também o desfecho da identidade e do controle. No Brasil, com o Drex reposicionado e a tokenização privada assumindo o protagonismo, a moeda do agente tende hoje ao trilho privado, a menos que o real tokenizado e o Pix programável ocupem esse espaço a tempo.

A infraestrutura nativa para agentes

Surgiu uma categoria de infraestrutura desenhada para o agente, e não adaptada dele — startups que constroem identidade, alçada, cofre e liquidação para um pagador que não é humano. Se nascer aberta, empurra para a interoperabilidade; se for capturada por incumbentes, reforça os jardins.

04 Onde o Brasil está hoje

O trilho agêntico já anda no Brasil — pela adquirência e no cartão (Cielo) —, a identidade do agente está sendo construída por atores privados globais (Visa, Cloudflare) e o assistente já se monetiza por anúncios (OpenAI). Tudo isso corre enquanto o regulador brasileiro aguarda o Marco Legal da IA. O retrato de hoje é o de um Cenário 3 mediado: plataforma global no motor, incumbente local como camada adaptadora, cartão como trilho, protocolo aberto como atenuante e o Pix agêntico ainda ausente.

O desfecho, porém, não está selado. Ele depende de dois marcadores com prazo. O primeiro é o Marco Legal da IA (PL 2338), hoje na Câmara: o regulador declarou aguardá-lo antes de abrir a régua do pagamento agêntico. Ele é o pivô entre a metade reativa do mapa (Plataformas Soberanas, Fragmentação) e a habilitadora (Rede Confiável, Jardins Regulados) — e agora tem um relógio, porque quanto mais ele demora, mais a identidade privada consolida o padrão. O segundo é a entrada do Pix na jornada agêntica, que separa o mundo do incumbente-no-circuito do mundo da plataforma-dona-da-porta. O Brasil, do lado público, deixou de estar sem cartas: tem um score de fraude do Pix com IA em preparação, escolheu o trilho e a moeda públicos para o cross-border e possui biometria pública em escala (Serpro) — um piso público de confiança em construção. O que ainda falta é o andar de cima: reconhecer a identidade e o mandato do agente, que depende do Marco Legal da IA. E há um relógio: o calendário regulatório brasileiro de 2027-2028 — a obrigatoriedade do split payment, o Pix automático e as regras finais de stablecoin — é a janela em que a moeda programável, o tributo na liquidação e o agente se encontram; é nesse intervalo que os cenários deixam de ser hipótese e começam a se materializar.

05 Como usar estes cenários

Cenário não é aposta única. Diante do leque, há quatro posturas legítimas, e uma boa estratégia costuma combiná-las: buscar robustez (decisões que funcionam em qualquer cenário), apostar num cenário de referência, montar uma carteira de hedge (pequenos investimentos que compram o direito de escalar se um cenário se confirmar) ou trabalhar para tornar um cenário mais provável. Três movimentos são robustos nos quatro mundos: tornar oferta, catálogo e benefícios legíveis por máquina; construir capacidade local de identidade de agente; e articular o setor antes de os padrões se consolidarem.

06 Como este relatório se mantém vivo

O valor deste material não está só no retrato, mas na atualização. Por trás dele há um radar que acompanha continuamente os sinais do mercado — lançamentos, aquisições, movimentos de regulador — e reclassifica, a cada novidade, onde o Brasil está no mapa. Um sinal como o checkout da Cielo, a compra da BioCatch pela Visa ou um passo do PL 2338 não apenas entra no noticiário: ele muda a leitura de tração e, quando é o caso, a recomendação.